

O Setor Energético e a Crise na Bolívia

André Tenório Mourão
17/06/05

A escalada de protestos populares e o aumento da instabilidade na Bolívia não configuram evento inédito no país. Revoltas por parte da população indígena tiveram importante papel na história boliviana e, por muitas vezes, colaboraram para mudanças de governo, o que pode ser visto em eventos tão recentes quanto a renúncia de Sanchez de Lozada, em 2003, assim como nas revoltas de 1952, que derrubaram o regime militar daquela época.

Como em ocasiões passadas, o quadro conflituoso observado na Bolívia só pode ser explicado levando-se em conta uma ampla gama de fatores, que quase sempre estão relacionados com problemas sócio-econômicos. Entretanto, a situação presente não é apenas uma repetição de acontecimentos anteriores. O que acontece hoje na Bolívia é função de alguns elementos característicos da atualidade, tanto materiais como ideacionais. Ainda que não esgotem as possibilidades de análise, dois desses componentes são de especial interesse, pois não só ajudam a entender a crise boliviana e seus impactos, mas também indicam perspectivas de resolução: as tendências energéticas mundiais e as mudanças nas crenças da população boliviana, especialmente as relativas ao desenvolvimento econômico.

A maior parte das últimas grandes revoltas na Bolívia teve como ponto fundamental questões relacionadas com a propriedade e o uso de recursos naturais, principalmente as reservas de gás natural do país, que estão entre as maiores da América do Sul. Para compreender a razão desses conflitos, é importante conhecer quais são os interesses dos atores, assim como alguns eventos da conjuntura internacional que podem ter contribuído para mudar a percepção que os bolivianos têm dos elementos materiais envolvidos.

Em primeiro lugar, o gás natural é a fonte primária de energia com as maiores taxas de crescimento no mundo, e estima-se que essa tendência manter-se-á ainda por algumas décadas. O preço desse recurso nos Estados Unidos, maior consumidor mundial, dobrou nos últimos cinco anos, principalmente em decorrência de aumento na demanda, redução da produção no Canadá (principal fornecedor externo para o país) e aumento da competição com outros países compradores de gás, como a China e a Índia.

Segundo, o recente aumento nos preços internacionais do petróleo contribuiu para aumentar incentivos para o uso de outras fontes de energia e, mais provavelmente, para aumentar a pressão sobre os preços dessas fontes, incluindo o gás natural. Essa tendência é reforçada pelas primeiras tentativas de coordenação entre os produtores mundiais de gás natural, que, ainda que não funcionem como um cartel, já dão passos em direção a controle de preços em favor dos exportadores.

Finalmente, nos últimos anos, as estimativas de reservas de gás natural na Bolívia cresceram vertiginosamente: em 1997, as reservas provadas eram da ordem de 200 bilhões de metros cúbicos, enquanto, em 2005, esse número saltou para 820 bilhões.

O elemento subjacente a esses três fatores é que, recentemente, alguns fatores têm contribuído para mudar a percepção que os bolivianos têm dos recursos naturais de seu país. Apesar de sempre ter existido valorização do gás natural pela nação, a conjuntura tem contribuído para que essa importância cresça a cada dia. Os interesses do povo boliviano estão cada vez mais associados aos recursos naturais, e, em decorrência disso, aumentam os motivos e a disposição para lutar por eles.

A atual crise, no entanto, só é possível porque esses fatores incidem numa conjuntura interna com características bastante específicas. A Bolívia é o país mais pobre da América do Sul, assim como um dos mais desiguais. Suas contradições sociais internas só aumentaram nos últimos anos, após duras reformas econômicas que falharam em produzir equidade e crescimento auto-sustentado. Pequena população e produto interno reduzido, combinados com ricas reservas naturais, produziram situação de dependência de poucos setores econômicos, nomeadamente a extração de gás e a agricultura. Soma-se a isso a crescente pressão para reduzir o plantio de coca, única fonte de renda para grande parte da população camponesa.

Todos esses elementos internos contribuem para que mudanças nos preços internacionais do gás natural tenham efeitos particularmente significativos para a Bolívia e, combinados com um estado de desconfiança quase que total em relação ao modelo neoliberal, podem explicar as crescentes demandas pela nacionalização do setor de extração de gás.

Em função de sua reduzida representatividade econômica, não se prevê grandes efeitos globais da crise na Bolívia. Ainda que grande detentora de reservas na América do Sul, seu peso nos mercados internacionais de energia é relativamente pequeno (basta dizer que as reservas do Qatar são mais de 30 vezes maiores). Regionalmente, o principal afetado pela crise é o Brasil. A PETROBRÁS, maior multinacional brasileira, é proprietária de mais de 40% das reservas de gás bolivianas, as quais agora sofrem ameaça de nacionalização. As importações de gás natural também podem ser afetadas, mas, por outro lado, mesmo esse efeito parece ser minimizado pela descoberta de outras fontes em território brasileiro, assim como reduzido consumo.

Atualmente, a crise parece desenvolver-se na direção de maior controle nacional e taxaço sobre o setor energético e, menos provavelmente, de nacionalização das transnacionais de energia. Em ambos cenários, haveria aumento nos preços do gás natural e efeitos negativos para a região. Por outro lado, o governo da Bolívia dá repetidos sinais de que não haverá interrupção no fornecimento de hidrocarbonetos e tenta afastar a possibilidade de estatização. Caso a situação atual seja prolongada, é possível que haja uma escalada da tensão popular, traduzindo-se em resposta violenta às indústrias transnacionais e ao governo.

Levando em consideração as possibilidades de pior cenário – de nacionalização e reação violenta – o governo brasileiro deveria fazer tudo que está ao seu alcance para propiciar o retorno à estabilidade na Bolívia. Entretanto, há motivos para não agir dessa maneira. Em primeiro lugar, porque tentativas de interferência internacional poderiam contribuir para o recrudescimento da situação. Qualquer tentativa mais firme de ajuda ao governo boliviano precisaria ser feita de modo a não levantar suspeitas de intervenção entre a população. Em segundo lugar, o cenário mais provável realmente parece ser o de aumento de impostos sobre hidrocarbonetos. Caberia então apenas uma resposta da PETROBRÁS referente às suas estratégias de expansão.

De qualquer maneira, por outros motivos que não os econômicos, há incentivos para que, futuramente, o governo brasileiro haja com o intuito de reduzir e prevenir instabilidades na Bolívia. A percepção internacional sobre a região pode sofrer efeitos negativos em função de crises, afetando perspectivas de ajuda e investimento. Adicionalmente, a empreitada indígena na Bolívia pode incentivar outros grupos excluídos a se revoltarem de forma violenta em países como o Brasil.